



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

117

7ª CÂMARA CÍVEL

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 0185555-6

RECORRENTE: JUÍZO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA CAPITAL

RECORRIDOS: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sem representação

EVERALDO JOSÉ DE ALBUQUERQUE SERPA

Adv.: Dra. Maria do Socorro e S. Barros

MP:

DR. AGUINALDO FENELON

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA:

**PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE
SEGURANÇA. DECADÊNCIA DO DIREITO DE
AÇÃO. OCORRÊNCIA QUE SE CONFIGURA.
EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE
MÉRITO. PROVIMENTO DA REMESSA DE
OFÍCIO. DECISÃO UNÂNIME.**

1 - A impetração persegue a concessão de direito negado há mais de quatro anos, em descompasso com o prazo decadencial fixado no art. 18 da Lei nº 1.533/1951.

2 - A inércia do recorrido/impetrante faz desaparecer o direito de postular a concessão do direito pela via impetrada.

3 - Sem a concessão do direito, não se há de falar em pagamento de prestações de trato sucessivo, restando o pedido nesse sentido formulado como sendo pedido de cobrança, o que não se confunde e nem se admite em ação mandamental.

4 - Reexame necessário conhecido e provido, para anulando-se a sentença proferida, ser o mandado de segurança

R
5532

FR

100
118

**extinto sob os rigores do art. 18, da Lei nº 1.533/1951 c/c o art. 269, IV, do CPC.
5 - Decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário nº 0185555-6, em que se figuram como recorrente o Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital e como recorridos o Secretário Executivo de Administração e Serviços da Secretaria de Administração e Everaldo José de Albuquerque Serpa.

Acordam os Desembargadores que integram a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer e dar provimento ao reexame necessário, para anulando-se a sentença recorrida, extinguir o mandado de segurança impetrado sob os rigores do art. 18 da Lei nº 1.533/1951 c/c o art. 269, IV, do CPC, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado, dele tendo participado o Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo.

Recife, 19/Januário/2010


Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª CÂMARA CÍVEL

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 0185555-6

RECORRENTE: JUÍZO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA CAPITAL
RECORRIDOS: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E

SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sem representação

EVERALDO JOSÉ DE ALBUQUERQUE SERPA

Adv.: Dra. Maria do Socorro e S. Barros

MP:

DR. AGUINALDO FENELON

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de recurso necessário cível adotado na decisão proferida no mandado de segurança preventivo ajuizado pelo recorrido/impetrante, perseguindo o direito de ter reconhecido e assegurado o direito a estabilidade financeira adquirida antes da vigência da LCE nº 16, de 08.06.1996, na função gratificada de Chefe de Divisão - FGG-1, com o pagamento dos valores remuneratórios devidos a partir de 16.06.1999.

O feito foi devidamente instruído e teve o curso regular, nele prestando o recorrido/impetrado as informações de estilo, suscitando em preliminar a impossibilidade jurídica do pedido e a decadência do direito de ação, com eles postulando pela extinção do feito sem resolução de mérito e rebatendo meritoriamente a causa, postula pela denegação da ordem por ausência de direito líquido e certo a ser nela restaurado, opinando o MP-PE pela concessão da segurança, medida que foi adotada na decisão em apreciação, após serem rejeitadas as preliminares formuladas nas informações e declarando meritoriamente a nulidade do ato impetrado.

Não foram interpostos recursos voluntários.

[Assinatura]

120
94
C

Nessa instância recursal, foram os autos ao MP-PE, que no seu opinativo conclui pelo improvimento da remessa necessária, para ser confirmada a sentença prolatada.

É o relatório.

Julgamento que não exige revisão, incluía-se em pauta.

Recife, 10 de novembro de 2009.


Des. *Fernando Cerqueira Norberto dos Santos*
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª CÂMARA CÍVEL

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 0185555-6

RECORRENTE: JUÍZO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA CAPITAL

RECORRIDOS: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sem representação

EVERALDO JOSÉ DE ALBUQUERQUE SERPA

Adv.: Dra. Maria do Socorro e S. Barros

MP:

DR. AGUINALDO FENELON

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE PRELIMINAR

DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO

Para um perfeito entendimento da causa, reavivo que a impetração é exercitada objetivando a concessão da ordem preventiva para "... **determinar a concessão e o pagamento da Estabilidade Financeira, na gratificação de função, de Chefe de Divisão, sigla FGG-1, com valores remuneratórios correspondentes a partir de 16 de junho de 1999...** " (fl. 10), havendo a sentença em apreciação concedido a segurança nos seguintes termos "... **resolvo conceder a segurança pretendida pelo impetrante e, em consequência declarar a ilegalidade do ato levado a efeito pelo impetrado. Outrossim, determino o pagamento da estabilidade financeira, em favor do impetrante Everaldo José de Albuquerque Serpa, na gratificação de função, Chefe de Divisão, sigla FGG-1, com valores remuneratórios correspondentes a partir de 27 de agosto de 1999, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês e correção monetária pela tabela ENCOGE, respeitando-se a prescrição quinquenal.**" (fls. 72 e 73).

Dos termos anotados se apura sem muitas dificuldades, os defeitos contidos nos pedidos perseguidos com a impetração e os

102
122

vícios que se configuram na parte conclusiva da sentença prolatada, não permitindo a sua confirmação.

Início a apreciação recursal apreciando o primeiro pedido formulado na exordial da ação mandamental e relativo a **concessão** do direito a estabilidade financeira, sendo certo que o recorrido/impetrante desempenhou uma função gratificada por determinado lapso temporal e dela se afastou sem ter reconhecimento o direito que persegue na ação impetrada.

Apuro da inicial da presente ação que o afastamento da função de chefia de divisão ocorreu em 17.07.1999 e o feito sumário somente foi ajuizado em 26.08.2004, ou seja, quando passados quatro (04) anos e trinta e nove (39) dias do desligamento da função gratificada exercida, sem o reconhecimento da estabilidade financeira - ato único, de efeitos concretos e que não se renova de forma sucessiva.

A inércia do recorrido/impetrante por mais de quatro anos, corroe o direito que ele detinha de hostilizar pela via da segurança, o não reconhecimento do direito a estabilidade financeira.

Afastado da função que exercia e não tendo o direito pretendido deferido administrativamente, assegurava-lhe a lei mandamental o prazo de 120 dias para postular a **concessão** do mesmo, sendo esse lapso um prazo decadencial que não se renova e não se suspende, apenas se consuma tornando incabível a via mandamental para a postulação.

Ao ajuizar a presente demanda e procurando fugir da decadência operada, o recorrido/impetrado edifica a sua tese sob o entendimento de que na impetração, busca um direito de trato sucessivo e que se renova a cada mês, para atingir pela prescrição, apenas as prestações anteriores a cinco anos antes do ajuizamento da causa, enfocando-a sob a amplitude da prescrição quinquenal da Lei nº 10.798/1992, que não tem o condão de elastecer ou substituir o prazo decadencial - fulminante, da lei mandamental.

No momento da impetração, de há muito já se consumara o prazo fixado na Lei nº 1.533/1951 para a restauração - **concessão da estabilidade financeira**, do direito violado com a não satisfação da postulada verba.

103
2
123

Sem a concessão do direito, não poderá ele receber as prestações vencidas e não atingidas pela prescrição quinquenal, essas sim, de trato sucessivo.

E mais, quando concedida a segurança, restaura-se o direito violado com o ato impetrado e legitima-se a satisfação das prestações devidas **a contar da data da impetração**, jamais as prestações vencidas e não prescritas – prescrição quinquenal, como é determinado na viciada sentença.

Prestações vencidas são postuladas em ação ordinária de cobrança, feito que não se confunde com a ação sumária de restauração de direito violado – ação da segurança.

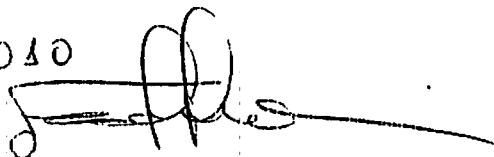
Assim, defeituosa é a exordial da ação da segurança que postula expressamente a concessão intempestiva de direito e o pagamento de valores remuneratórios pretéritos, bem como, incorre em vício grosseiro a sentença que concede a ordem em descompasso com os rigores da sua lei de regência e determina o pagamento de verbas salariais pretéritas e anteriores a data da impetração.

De pertinência quanto a definição da ação é a suscitação feita pelo recorrido/impetrado quanto a ocorrência decadencial do direito de ação, por desatenção ao prazo fixado no art. 18 da Lei nº 1.533/1951, merecendo o devido acolhimento.

Sob tais fundamentos o meu voto é proferido no sentido de ser conhecida a remessa de ofício adotada na sentença proferida, para acolhendo a suscitação da ocorrência decadencial formulada pelo recorrido/impetrado, dar provimento ao reexame necessário, para anular a sentença prolatada e declarar a decadência do direito de ação do recorrido/impetrante, extinguindo o feito sob os rigores do disposto no art. 269, IV – decadência, do CPC c/c o art. 18 da Lei nº 1.533/1951.

É como voto.

Recife, 30/Jan/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL - 19.01.2010

REEXAME NECESSÁRIO Nº 185555-6 - RECIFE

AUTOR : SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS
DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RÉU : EVERALDO JOSÉ DE ALBUQUERQUE SERPA

RELATOR : DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

RELATÓRIO

Relatório constante dos autos.

DEFESA ORAL

DR. HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA – OAB-PE 467-B (PELO ESTADO DE PERNAMBUCO)

Exmo. Sr. Presidente.

Exmos. Srs. Desembargadores.

Exma. Sra. Procuradora de Justiça.

Senhores serventuários de Justiça.

Serei breve porque entendo que a questão é singela. Trata-se de pedido de Mandado de Segurança dito preventivo, buscando, em verdade, o impetrante incorporar à sua remuneração a parcela de pagamento de estabilidade financeira.

Pelo próprio pedido, verificamos que não se trata de preventivo. Destaco: *"Determinar a concessão e o pagamento da estabilidade financeira na gratificação de função de Chefe de Divisão, sigla FGG1, com valores remuneratórios correspondentes a partir de 16 de junho de 1999"*. Ou seja, o impetrante deixou de receber a estabilidade financeira porque foi dispensado da função gratificada que exercia. O que ele pretende? Incorporar aquela gratificação que recebia.

Não faz jus o impetrante à incorporação porque ele deixou a função gratificada em 1999. Três anos antes, a Lei Complementar nº 16 extinguiu a estabilidade financeira e não concedeu mais, e vedou a incorporação dessa parcela à remuneração dos servidores, excetuando aqueles servidores que recebiam, na época da edição da lei, e até o dia 09.07.1996. A Lei Complementar nº 16, de 08.01.1996 – três anos antes dele deixar de receber a parcela – extinguiu a estabilidade financeira e vedou a incorporação, salvo os que recebiam nos termos do art. 10, que peço licença para ler:

"Não se aplicará o disposto na presente lei ao instituto da estabilidade financeira nos cento e oitenta dias seguintes à sua entrada em vigor."

Marcia



109
125

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Esses cento e oitenta dias terminaram no dia 09.07.1996.

O que é que diz o impetrante em sua petição? Que no dia 09.07.96 ele cumpria já os requisitos de cinco anos impostos pela lei para incorporação. Em verdade, no dia 09.07.96 ele não fazia jus aos cinco anos porque ele mesmo informa que passou a receber no dia 11 de julho de 1991. O prazo legal era até 09.07.96. Faltam aí dois dias para completar os cinco anos. Na sua petição inicial, ele faz um esforço matemático que desafia do Poder Judiciário uma interpretação de Direito Temporal sobre como se mede o ano. Ele conta o ano dia-a-dia, e apresenta na sua petição inicial uma planilha contando um ano como 365 dias, incluindo os anos bissextos, que têm 366 dias. O artifício que o impetrante utiliza contraria o art. 1º da Lei Federal 810/49, que diz: "Art. 1º -- Considera-se ano o período de doze meses contados do dia do início ao dia e mês correspondente do ano seguinte". Ou seja, conta-se o ano o período de doze meses, do início ao mês correspondente do ano seguinte. Então, se ele recebeu a partir de 11.07.91, pelo art. 1º, da Lei 810/49, ele só faria jus a cinco anos se tivesse continuado recebendo até 11.07.96, o que não é o caso porque – volto a dizer – a partir de 09.07.96 a Lei Estadual vedou a incorporação. Então, esse artifício não salva a pretensão do impetrante.

A Procuradoria do Estado, através da Procuradoria Consultiva, no Encaminhamento 172/2003, deixou registrado:

"O requerente exerceu função gratificada no período de 11.07.91 a 15.06.99, logo, no último dia do prazo estabelecido no art. 10 da Lei Complementar nº 16, 08.07.96, o servidor não preenchia os requisitos materiais para aquisição do direito à estabilidade financeira, pois em tal data não havia completado o período de cinco anos ininterruptos no exercício da função gratificada."

A sentença de qualquer forma foi concedida, a segurança. Não houve apelação, em virtude da publicação ter-se dirigido unicamente à autoridade indicada como impetrada, sem identificação dos Procuradores. A autoridade impetrada, Secretário Executivo de Administração, Secretário de Administração do Estado. Isso ocorreu porque as informações foram subscritas pelas autoridades. De toda forma, subiu a este Egrégio Tribunal o processo, em reexame necessário.

Diante da inexistência de direito líquido e certo porque ele não tinha os cinco anos - apesar de ter continuado recebendo, existia já a Lei Estadual vedando a incorporação - e mais ainda questão preliminar suscitada pela autoridade impetrada, que diz respeito à decadência do Mandado de Segurança - Mandado de Segurança impetrado em 27.08.2004 contra a Lei Estadual editada em 96, ou seja, oito anos depois da edição da lei - e ainda mais tendo o impetrante deixado de receber a gratificação de estabilidade financeira, segundo ele mesmo informou, a partir de 16 de junho de 99 - ou seja, ele deixou em 99 e só impetrou Mandado de Segurança em 2004 - trata-se de ato de efeito concreto e também de lei de efeito concreto, que extinguiu a estabilidade financeira e vedou a incorporação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Então, em face da decadência e em face da inexistência de direito líquido e certo, espera o Estado de Pernambuco seja reformada a sentença para denegar a segurança.

Muito obrigado.

Marcia

126

110
C



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

127

DESEMBARGADOR JOÃO BOSCO (PRESIDENTE)

Em discussão o voto do Relator.

Colho votos.

DESEMBARGADOR CARLOS MORAIS

Acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR JOÃO BOSCO (PRESIDENTE)

Também acompanho o Relator.

DECISÃO:

"UNANIMEMENTE, SE CONHECEU DA REMESSA DE OFÍCIO ADOTADA NA SENTENÇA PROFERIDA PARA, ACOLHENDO A SUSCITAÇÃO DA OCORRÊNCIA DECADENCIAL FORMULADA PELO RECORRIDO/IMPETRADO, DAR PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO PARA ANULAR A SENTENÇA RECORRIDA E EXTINGUIR O MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO, SOB OS RIGORES DO ART. 269, IV DO CPC E O ART. 18 DA LEI 1.533 DE 1951."

Marcia